

Contradispositivos: Equipamentos de crítica cultural como potência literária

Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos¹ (UNEB)

Resumo:

Trata-se de uma reflexão sobre como instituir uma série de equipamentos adquiridos, através de editais públicos, pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Centro de pesquisa avançada, documentação cultural interdisciplinar e laboratórios de produção - FINEP; Cinema digital: um laboratório audiovisual de Crítica da Cultura – FAPESB; Fábrica de Letras, no âmbito do PROCAD/CNPq – Capes; Estação do livro digital – PróEquipamentos/Capes) resignificando e fazendo funcionar arquivos e laboratórios sob o crivo da noção contemporânea de testemunhos como crítica do estado de exceção. Espera-se, com esse artigo, não só um levantamento de critérios para se dramatizar as ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológico de povos colonizados, mas encontrar um lugar de solidariedade científica entre pesquisadores e comunidades culturais e educacionais excluídas do sistema científico.

Palavras-chave: equipamentos, autogestão, literatura

Introdução

Um falso problema, e bem atual, ainda envolve o campo linguístico-literário, a saber: a naturalização de um discurso sobre a ausência de condições para que comunidades de leitores explorem as forças da escritura, em termos de *mimesis*, *mathesis* e *semiosis* (BARTHES: 1998) sem levar em conta os dispositivos estatais e o controle das formas intelectuais e afetivas de produção nesse campo.

Para tematizar esse falso problema, iremos reunir, num primeiro momento, um conjunto de situações políticas e institucionais que envolvem o campo linguístico-literário ao sistema científico no Brasil, e enquanto política de desenvolvimento institucional em uma universidade de pequeno porte como a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, fazendo emergir dispositivos de poder e sua malha microfísica e micropolítica; num segundo momento, indicar as limitações de uma leitura literária desinteressada e frutiva, para, num terceiro momento, e a partir dos equipamentos de crítica cultural como potência literária, refazer o problema e propor alguns critérios para se dramatizar as ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológico de povos colonizados, vislumbrando, com isso, construir um lugar de solidariedade científica entre pesquisadores e comunidades culturais e educacionais excluídas daquele sistema científico.

A questão correta, antiga por sinal, é, portanto: seria a literatura ou o campo linguístico-literário o lugar por excelência de uma tecnologia do signo capaz, ao mesmo tempo, de dramatizar a maquinaria de poder estatal e oferecer ferramentas para anulação de dispositivos situados nas relações palavra-coisa, quem se manifesta nos atos de nomeação e sob que estrutura lógica se organiza este ou aquele pensamento/proposição? Ou ainda, como através da literatura, enquanto operador, mobilizar vários domínios do conhecimento, e esvaziar a lei, a força reacionária de lei, que subjaz ao estado de exceção em seu conluio com a metafísica e com o capital?

Mo(vi)mento 1: o que está prescrito não se deve questionar, apenas executar

Retomemos uma cena da mesa redonda **Ensino de literatura em perspectiva comparada** proposta no XIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada

(Abralic), Campina Grande – Paraíba, em julho de 2013. Lidas as comunicações *Enseignement de la littérature: expérience esthétique et formation du lecteur*, por Annie Rouxel, da Université Bordeaux, e A “*formação do leitor*” na escola pública brasileira: um jargão ou um ideal?, a pesquisadora da USP Neide Luzia de Resende, da área de Educação, e que também esteve na base de criação e coordenação dos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN’s) pontua, com todas as letras, que o maior problema relacionado ao quadro desolador que envolve a formação do leitor se deve à péssima formação, também, dos profissionais de Letras, por estes ainda se preocuparem apenas com a “análise” de textos literários em sala de aula.

Que o fechamento puro e simples na leitura cerrada do texto literário, em contexto de formação de leitores, seja problemático, não há dúvida, mas esta questão da formação para a “análise” de textos literários, de um ponto de vista crítico cultural, já foi debatido, esconjurado em muitos programas de pós-graduação da área de Letras e Linguística, além de ser posta de lado na graduação em muitos cursos pelo Brasil, a partir da crítica às belas letras e inserção do multiculturalismo como emergência teórica, metodológica e signo radical do declínio da arte (SANTIAGO, 2004).

Assim, aquele profissional de Letras, referido acima (REZENDE, 2013) implica, talvez, apenas ao profissional formado pela USP e sua nucleação ou área de influência, indica também um padrão, cujo contraponto seria uma série de experiências inovadoras desenvolvidas em espaços epistemológicos liberados daquela “colonização” uspiana. Ou seja, aquela interpelação pública de uma educadora exigindo outra formação para os profissionais de Letras, em pleno congresso da área de literatura comparada, revela não apenas um desconhecimento de inovações curriculares relevantes e práticas de leitura inovadoras, mas, principalmente, uma espécie de correção aos desvios do que fora prescrito pelos PCN’s, bem como, um ajuste da inteligência e da sensibilidade ao que fora normatizado.

No 28º Encontro Nacional da ANPOLL 2013, há outras cenas que merecem ser, também, aqui pontuadas. A primeira seria os novos desafios para a Área de Letras e Linguística (HORA, 2013), a saber: a educação básica, a interdisciplinaridade e a internacionalização. Sobre a educação básica, como desafio, embora os pesquisadores, credenciados em mais de 140 programas da área, atuem nos níveis de graduação, com ensino, pesquisa e extensão, além de atuarem também em dezenas de linhas de pesquisa, formando mestres e doutores tematizando questões sobre a educação básica, o Ministério da Educação, através da Capes, ainda impõe para a área o desafio da Educação Básica. Ou algo ainda mais grave: “no PNPG 2011 – 2020 a área de Letras e Linguística não é contemplada, apenas pega carona na Educação Básica”.

Em outra conferência do 28º Encontro Nacional da ANPOLL 2013, **Formação em Linguística hoje: desafios e conquistas** (SILVA, 2013), ainda que bem pontuadas, as conquistas linguísticas no Brasil, saltaram aos olhos de todos além da exclusão da Linguística Aplicada, em todas suas vertentes, incluída a indisciplinar, uma espécie de conformismo quanto aos recursos, parques, destinados à área, sem questionar, ainda, o labirinto em que se coloca seu comitê de assessoramento: a área de Letras e Linguística disputa território, com outras 17 áreas, coordenadas pelo Diretor de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais (DEHS).

Contracenando com os conferencistas do 28º Encontro Nacional da ANPOLL 2013, acima mencionados, o coletivo de coordenadores de programas e de coordenadores de Grupos de Trabalhos, em primeiro lugar, procurou situar o lugar institucional em que cada coordenador deveria ocupar como representantes da sociedade civil organizada e da perspectiva de uma associação científica, imbuída e criada para se discutir, debater, organizar, movimentar uma política da linguagem humana e seus direitos. Em segundo lugar, rascunhamos um documento, como coordenadores de programas e de grupos de trabalho, cujas linhas gerais apontaram para: elevação do status do campo linguístico-literário no sistema científico brasileiro a partir da visibilização das contribuições do campo às grandes políticas públicas do país quanto a ensino, pesquisa e extensão de língua e literatura, em todos os níveis da educação, passando pela política cultural e suas noções de livro, literatura, biblioteca e leitura, até as políticas de tradução prospectiva, vislumbrando o

protagonismo internacional do Brasil, como potência econômica mundial, sobretudo em parceria com os países do chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul).

Assim, se o estado que prescreve – e sabemos que sempre articulado com uma lei metafísica e como aliado do capital – a partir de documentos de área, regimentos gerais das universidades e dos programas aprovados, o movimento social, na figura de seus representantes, reescreve: alguém da “análise” de textos literários em sala de aula e para além do prescrito pelo PCN’s, os alunos são estimulados a ficcionalizar a barbárie cultural que vivenciam e a se colocarem como autores de outros signos e sentidos libertários. Não se trata, portanto, de aniquilar os cursos de letras, seus profissionais e alunos, exigindo deles a assimilação do estado de exceção em seu limite – definirem-se como portadores da capacidade de linguagem e de produção de sentido como condição de humanidade e vida inteligente e sensível – mas de convocá-los, em conferências nacionais, estaduais e municipais, permanentes, para se pensar, definir e praticar outras noções de direitos linguísticos e literários.

Se as noções de direitos linguísticos e literários são hoje, decisivas, na definição de qualquer política pública e/ou política de conhecimento por que a Universidade do Estado da Bahia exclui, do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009 – 2012, o campo linguístico-literário, ao confundi-lo com pedagogia ou educação? E não se trata de um alinhamento por ser esta universidade vocacionada para os cursos de licenciatura ou com ênfase no ensino. Pois se assim fosse, outros cursos de licenciatura, tais como história, química, biologia, entre outros, deveriam ser todos subsumidos pelo conceito de educação ou pedagogia, mas isto não ocorre, tais cursos ou campos de conhecimento são mantidos como estratégicos e considerados como fortes demandas dos territórios de identidade ou regiões administrativas (RGDs). Acrescente-se a esta indiferença institucional, o fechamento, nos últimos três anos, de três dos dezenove cursos de Letras (Xique-Xique, Euclides da Cunha e Itaberaba) sendo estes substituídos por Engenharia de Pesca e Agronomia.

Não estaria faltando ao profissional das Letras certa cultura política que o estimulasse a pensar o lugar do campo no sistema científico e nas políticas públicas? Ou ainda, como o conjunto de professores e de estudantes no trabalho linguístico-literário, em todos os seus níveis de formação, deveria situar-se como despejados linguísticos, culturais, territoriais e ontológicos? Não seria a sala de aula, o material didático, os planos de curso e de aula, em sentido macro e micro, uma série de dispositivos que precisariam ser repensados, questionados, anulados e reposicionados, a favor de uma cultura linguístico-literária cidadã?

Se o despejado linguístico é aquele que teve sua língua destruída ao memorizar e reproduzir nela valores subjetivos, históricos, culturais, cosmológicos, de outras línguas de dominação, sem se dar conta de uma alienação simbólica, na sua trama entre um real e imaginário impostos, o trabalho político de uma universidade de pequeno porte, como a Universidade do Estado da Bahia, seria organizar outra política do conhecimento, através do campo linguístico-literário, na interface com outros domínios, que começasse por uma tecnologia social do signo, cuja pedagogia libertária, assumisse com desenvoltura o fragmento resultante da rachadura entre palavra e coisa, reposicionasse um circuito da manifestação política, tendo como ator principal o despejado e sua lógica, paradoxal, de produção de sentidos.

Mo(vi)mento 2: que as forças da escritura nos salvem da prescrição e ponto final

As forças da escritura, a *mimesis* com sua potência de representar o real, mesmo quando o nega fazê-lo ou o faz através de uma estética do fragmentário, a *mathesis*, com sua potência de articular qualquer domínio do saber no monumento literário, a *semiosis*, por fazer do signo literário um espaço aberto à potência criativa dos leitores, independente de seu nível de formação e capacidade de interpretação, pelo que dissemos acima, no mo(vi)mento 1, tais forças só fazem

sentido se articuladas a favor da desmontagem, permanente, do estado de exceção, sua forma de nomeação, institucionalização e circulação dos efeitos de sentido, seus déspotas, sua lógica e ou dispositivos de funcionamento. Ou seja, as forças da escritura, por elas mesmas, como atividade desinteressada, como pura fruição, seriam uma forma de reprodução dos valores do estado de exceção.

Se, agora posicionando a máquina literária como uma ferramenta na anulação e desmontagem de dispositivos de poder, perguntássemos pelo lugar das políticas públicas, pelo papel do estado, pelas agências de fomento à pesquisa, pela escola como um lugar do exercício permanente do ato de conhecer, teríamos não só uma reabertura do imaginário e a produção de outros cenários como crivos do real, mas a distribuição de uma riqueza incomensurável: uma tecnologia do signo, acessível, em toda situação de leitura, literária ou não.

O prescrito se apresenta sempre com um sentido fixo, através da sombra de uma autoridade e como imposição, naturalizada, de uma lógica, ainda que sejam as três forças, anuladas, da escritura. Por isso, para a máquina literária funcionar, devemos, a exemplo de Franz Kafka, desmontá-la já a partir da metáfora, como um dispositivo reacionário, e criar condições, no ato pedagógico de leitura para, ao mesmo tempo, situar o déspota em sua rede de poder e instaurar outra série semiótica ou ressemiótica, como condição de uma práxis política transvaloradora.

O que é mais radical numa práxis política transvaloradora é que, muitas vezes, devemos, como despejados que somos, partir de uma marca no corpo de si mesmo, de uma pessoa, grupo, tribo, nação, como ponto de partida de uma cultura política revolucionária. Assim, aquele verbo que se fez carne, deve passar por um crivo arqueológico (quem é que é o verbo, sob que condições de significação, quem o pronunciou como ato de nomeação, sob que estruturas lógicas ou cultura do ato de conhecer) e tornar-se palavra arbitrária devassada e marcada de historicidades.

Numa situação pedagógica qualquer, em que esteja em jogo um texto literário, uma cena gramatical, basta fazer o poder aparecer como o ponto de uma série, para que toda a rede do poder possa ser visibilizada, mapeada, dramatizada. Assim, o que é ativo, o que interessa, como posição política crítico-cultural, não é a leitura cerrada de um texto literário como demonstração de uma riqueza simbólica em si mesma, mas como nesse ato de conhecer e simbolizar um despejado linguístico, cultural, territorial e ontológico, assume o poder de autorepresentar-se, de jogar com suas ficções pessoais, de retomar sua potência de simbolizar e ressignificar o mundo sob sua mira estético-política.

Qual o mais radical sentido de riqueza: a do texto literário em si mesmo ou a de um sujeito qualquer – sobretudo os despejados – se dando conta de sua potência de simbolização? A que riqueza um país A ou B poderia desejar e efetivamente implementar para o seu povo: cada um poder dispor de riqueza material fetichista ou, cada um, com a potência de poder dispor simbolicamente do mundo para afirmar a estética de sua existência, na relação com os outros, sem aquele fetichismo que marca a cultura burguesa?

Se a condição de poder dispor de uma tecnologia dos signos é efetivamente a maior riqueza que um país pode e deve oferecer ao seu povo, qual o sentido de um sistema científico, uma associação para política de pós-graduação, uma universidade com uma dezena de cursos de letras, um plano de aula /ou de curso voltado ao exercício da literariedade pela literariedade, cada um a sua maneira e função, inviabilizarem não só os direitos linguísticos e literários com função de reparação simbólica às ordens de despejo mencionadas, mas, principalmente, a afirmação e desenvolvimento de um mercado diferencial para as trocas simbólicas?

Mo(vi)mento 3: Entre a escritura e a proscrição

Um dos equipamentos, sendo montado com recursos públicos, pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, é a Fábrica de Letras. Em seus cadernos produzidos pelo Círculos de Crítica da Cultura, além de versões, com até 60 páginas, de dissertações e teses desenvolvidas pelo programa, cujos temas, em linhas gerais, tratam daquelas ordens de despejo a

que vimos mencionando aqui, vislumbramos, ainda, a publicação de entrevistas, textos, poemas, diários biográficos, autobiográficos de professores, estudantes, escritores, artistas, gestores das escolas públicas e equipamentos de cultura com os/as quais mantemos relação de parceria e produção compartilhada.

Essa produção compartilhada potencializa-se a partir de outros equipamentos: o cinema digital, como laboratório, a estação do livro digital, o centro de restauração de impressos raros e o laboratório da personalidade cultural cenográfica. Através do cinema digital, e sua política de formação e sedução de plateias exibiremos filmes sobre o universo linguístico-literário na escola, e sua relação com a vida de professores, alunos, escritores, artistas, e seus circuitos institucionais, além de, num segundo momento, a exibição regular, sempre seguido de debates, de uma cinematografia fora do eixo hollywoodiano, com o objetivo de se abrir outra rota para o imaginário político, sobretudo aquela que poderia ser desencadeada pela produção dos países como China, Rússia, Índia, África do Sul.

Com a estação do livro digital e o centro de restauração de impressos raros, daremos um tratamento para um tipo de material (diários, jornais antigos, cartas de alforria, revistas, livros antigos, arquivos de secretarias de educação e de cultura sobre produções literárias e de língua portuguesa, entre outros) resultado de uma espécie de arqueologia das ruínas literárias e culturais locais, regionais, nacionais, e mesmo internacionais, ao envolvermos parcerias com universidades e centros de pesquisa, ao menos com os países de língua portuguesa.

O laboratório da personalidade cultural cenográfica é uma espécie de museu, a exemplo do Acervo de Escritores Mineiros (UFMG), em que além de guarda e tratamento dos acervos linguístico-literários e culturais, doados ao programa e à Universidade do Estado da Bahia, parte dessas obras doadas, bem como painéis sobre recorte biobibliográficos de tais personalidades, serão dispostos, esteticamente, em galerias, para acesso de estudantes, professores, artistas, demais membros da comunidade.

Temos, ainda, e por força do PROCAD do Pós-Crítica com o Pós-Lit, da UFMG, o projeto Arquivo literário e cultural itinerante, com a exposição e debate de cenas da vida literária e cultural com as comunidades com pouco acesso à universidade e ao meio acadêmico.

Como se pode notar, são atividades, possíveis, de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, envolvendo seus pesquisadores docentes, discentes, orientandos de Iniciação Científica e em Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), egressos, vinculados a rede de escolas e equipamentos de cultura, que partem de um olhar político sobre o principal drama do sistema científico brasileiro, expresso no PNPG 2011 – 2020, a saber: a produção científica, sobretudo a da área de humanidades (já que o campo linguístico-literário sequer aparece nesse plano) não está sendo transferida para aqueles que se situam na ponta ou na base do sistema. Mas como já temos também os antídotos contra essa “transferência”, ou como diria Paulo Freire, essa educação bancária, o gesto político se amplia e radicaliza: nem forças escriturais anuladas, nem execução pura e simples do que está prescrito. Em nossos tempos, e com a tecnologia dos signos à disposição de qualquer vivente, não só podemos testemunhar a favor dos despejados linguística, cultural, territorial e ontologicamente, mas fazê-la circular, de mão em mão, em arquivos de bolso, criando, assim, outras condições para que aqueles despejados e/ou seus remanescentes possam emergir como novos sujeitos históricos e portadores de outras perspectivas estético-políticas.

Conclusão

Há uma terrível armadilha em considerar as forças da literatura por elas mesmas ou supondo uma autoridade da interpretação que, a partir de uma leitura cerrada de um dado texto literário, ofereceria a professores e estudantes de literatura, as ferramentas para uma crítica do sistema de uma forma geral. Antes, seria necessário localizar no texto literário uma dobra do estado de exceção e suas formas de imposição e/ou esvaziamento do direito, nesse caso direito linguístico e literário, e procurar anular seus dispositivos. Não se trata, porém, de uma atuação fora do sistema, mas a partir

de suas próprias ferramentas.

Procuramos demonstrar, também, que o campo linguístico-literário, apesar do movimento de anulação de sua potência, estimulado por várias instituições, inclusive instituições linguístico-literárias, pode tornar-se num campo de ciência e ação direta, sem precedentes, e radicalmente a favor de novas lutas libertárias envolvendo comunidades excluídas, sobretudo de professores, alunos e artistas da palavra.

Talvez não seja mais o tempo nem mo(vi)mento de incendiar as instituições, mas de localizar, no âmbito de seu funcionamento, os dispositivos de poder reacionário e anulá-los, sobretudo fazendo-os funcionar de uma outra forma, com funções outras, sobretudo marcadas por profunda solidariedade com aqueles que desde sempre estiveram destituídos de sua potência de simbolizar sua própria existência. Aqui, como um critério radical para a distribuição da riqueza.

Referências Bibliográficas

- 1] AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- 2] GIORGIO, Agamben. **O estado de exceção**. Tradutor: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- 3] GIORGIO, Agamben. **O que resta de Auschwitz**. Tradutor: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- 4] BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1988.
- 5] CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- 6] CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- 7] CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- 8] CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: uma introdução**. São Paulo: Beca, 1999.
- 9] DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 25-42.
- 10] DERRIDA, Jacques. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- 11] FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. P. 129-160.
- 12] FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1990.
- 13] JAMESON, Fredric. **A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2004.
- 14] JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- 15] SANTIAGO, Silviano. **A democratização no Brasil (1979-1981): cultura versus arte**. In: O cosmopolitismo do pobre. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- 16] SANTOS, Osmar Moreira dos, OLIVEIRA, Wilton (orgs.). **Vozes da periferia: letras de rappers de Alagoinhas como literatura marginal**. Alagoinhas: Fábrica das letras/usina de produção do Crítica Cultural, maio, 2005.

iAutor(es)

Osmar Moreira dos Santos, Prof. Dr.
Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus II)

